

**REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE MÃES
ACERCA DA FAMÍLIA**

**MOTHERS' SOCIAL REPRESENTATION
ABOUT THE FAMILY**

*Antonio Marcos Chaves*¹

Aila Cabral

Ana E. Ramos

Lia Lordelo

Roberta Mascarenhas

CHAVES, A. M.; CABRAL, A.; RAMOS, A. E.; LORDELO, L.; MASCARENHAS, R. Representação social de mães acerca da família. Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum., S. Paulo, 12(1), 2002.

Resumo: O estudo teve como objetivo estudar a representação social da família entre mães, uma vez que, culturalmente, elas têm sido consideradas como centrais dentro do contexto familiar. A partir de uma fundamental revisão histórica das concepções de família ao longo dos séculos e da contextualização de suas imagens e funções, o estudo foi orientado teoricamente pela teoria das representações sociais. Foram entrevistadas doze mães de diferentes idades, níveis de instrução, estados civis e níveis sócio-econômicos. Os pontos críticos da entrevista relacionavam-se aos papéis da mãe na família: criação de filhos, manutenção da casa e questões relativas à convivência em família. A análise das informações coletadas revelou a importância da presença da mãe na família, assim como duas noções básicas da composição desta: uma nuclear (pai-mãe-filhos) e outra concepção mais ampla, na qual a convivência e a afinidade definiam os laços familiares. A distribuição de papéis e funções entre pai e mãe diferiu significativamente de acordo com a classe econômica à qual pertenciam as entrevistadas. Finalmente, identificou-se a concepção de família ideal, revelada pelo desejo das mães de possuir uma família estável, dentro de um modelo tradicional, em que o casamento e a manutenção do núcleo familiar foram considerados essenciais para a existência de uma família saudável.

Palavras-chave: representação social de família; representações sociais; família.

O homem é, caracteristicamente, um ser social, e, como tal, sobrevive em grupos. Isto pode ser constatado desde os primórdios, onde existiam os grandes agrupamentos nômades, com uma distribuição estável das funções (MINUCHIN, 1984). Tais imensos grupos foram reduzidos às famílias. Embora estas possuam uma função biológica, que é a própria reprodução, não são ex-

clusivamente naturais, pois a família é, também, uma instituição criada na relação entre os seres humanos e estruturada de diversas formas, em situações e tempos diferentes, visando responder às necessidades sociais (REIS, 1997). Embora tenha mudado no plano histórico, não há registro de que alguma sociedade tenha existido sem a sua formação.

1 Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia. End. Rua Aristides Novis, 2, Estrada de São Lázaro - Cep: 40.210-730 - Salvador - Bahia. Apresentado no II Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, Salvador, Bahia, maio 2001. Autor responsável: Antonio Marcos Chaves - Av. Otavio Mangabeira, 11.881, M4-06 - Cep: 41.650-000 - Salvador Bahia. E-mail: amchaves@ufba.br

A família está presente desde o início da vida e é marcada por fortes componentes emocionais que estruturam de forma profunda a identidade de seus membros (CHAVES e col., 1993). Ela é a dimensão coletiva da existência humana e responsável pela formação da primeira identidade social, assim como o locus privilegiado da constituição da subjetividade. A construção dessa subjetividade desenvolve-se em uma dimensão social a qual, em um primeiro momento, é a família, remetendo à idéia de uma construção dentro de um contexto, somente podendo ser compreendida analisando-se as práticas histórico-culturais características deste contexto (LEONTIEV, 1978). É certo, então, que a família é um dos espaços de mediação entre os indivíduos e a sociedade, no qual o ser humano aprende a perceber o mundo e a se situar nele.

A compreensão dos papéis sociais da família suscita pontos de vista divergentes: para uns, ela é a base da sociedade; para outros, é um entrave ao desenvolvimento social. Assim, as concepções de família oscilam entre responsabilizá-la pelos males do nosso século ou idealizá-la como *locus* de preservação da integridade, do bem estar e da qualidade de vida (BASTOS, 1999). Tais divergências revelam o caráter social da função da família, configurada como uma construção histórico-social.

Historicamente, é possível pensar, inicialmente, na família medieval, a partir de ARIÈS (1978). Segundo ele, essa família era uma realidade moral e social; não possuía uma função afetiva, conquanto o amor nem sempre estivesse ausente. A educação confundia-se com a inserção das crianças nas atividades da comunidade. Desse modo, a criança, considerada como um pequeno adulto era educada, em grande parte, nas ruas, a partir do convívio com as pessoas mais próximas. As trocas afetivas e comunicações sociais eram realizadas em um meio mais amplo do que a família, caracterizando o que alguns historiadores franceses, de acordo com ARIÈS (1978), chamariam de “sociabilidade”.

Situando-se no tempo e na História, surgiram novos modelos de família e distinções significativas entre o modelo de família aristocrática e o de camponesa. Todavia, ambos partilham, em maior ou menor grau, as características do modelo medieval. Com o advento da propriedade privada e da Revolução Industrial – o início da era capitalista – a comunidade que circundava a família e era co-responsável pela criação dos filhos, começou a se distanciar desta. Segundo ARIÈS (1978), a família se estendeu à medida em que a sociedade retraiu-se. A partir desse período, emergiram referências a sentimentos como intimidade, discrição e isolamen-

to. É o prenúncio da família nuclear moderna, com função mais afetiva, onde saúde e educação passam a ser valores mais importantes. Dentro de cada casa, em cada cômodo, agora separado por paredes inteiras, um membro da família e, do lado de fora, no mundo que começava a partir da porta de cada casa, a sociedade cada vez menos “sociável” e mais distante.

Na atualidade, entretanto, não há mais só um tipo de organização da família; o clássico pai/mãe/filhos cedeu espaço para formas heterogêneas. De acordo com MELLO (1995), há três tipos básicos de laços de família na sociedade brasileira: a família nuclear própria; a família composta por várias famílias nucleares que, por questões de sobrevivência, habitam juntas e a família que inclui parentes de parentes e compadres sem laços consanguíneos.

Por tudo isso, é impossível entender o grupo familiar sem considerar a sua diversidade enquanto fenômeno culturalmente contextualizado. Há de se levar em conta a complexa trama social e histórica que o envolve.

Nas três últimas décadas, o modelo da família nuclear burguesa perdeu o seu espaço único pois, neste período, a mulher se inseriu no mercado de trabalho de forma mais incisiva, ganhando autonomia financeira e alterando as relações de poder na família. Tudo isso propiciou o surgimento de outros tipos de família (MELLO, 1995). Tal diversidade de modelos é enfatizada por MELLO (1995), ao afirmar que, quanto mais se afasta das famílias da classe média e se aproxima das famílias das camadas mais pobres, o modelo burguês torna-se mais rarefeito, para dar lugar a outros modelos que passaram a ser considerados pela própria sociedade como desorganizados, por fugir de um padrão já existente. Esta afinnação, dentre outras, simboliza a grande diferença estrutural entre o modelo de família nuclear e a família realmente vivida.

Nas famílias, independente da diversidade de estruturas, o papel da mãe tem sido considerado vital para o desenvolvimento das crianças. Para BADINTER (1992), o instinto materno nada mais é do que um mito construído, o que se verifica com o estudo do papel da mãe ao longo da história. De uma mãe medieval completamente desapegada às suas crianças, das quais muitas, provavelmente, morreriam até o primeiro ano de vida, em que a própria condição de mulher era a de subjugação à autoridade masculina, chega-se ao século XVIII, que provoca uma transformação radical na separação de sexos e papéis. O pai, na sociedade industrial, sai de casa para trabalhar, provocando um distanciamento de seus filhos e até mesmo uma relação de frieza com estes. Com

a revolução feminina em curso, já no século XX, a mulher passa a ganhar importância, enquanto mulher e enquanto mãe, a um só tempo exigindo desempenhar tarefas antes reservadas aos homens e trazendo para si a responsabilidade de criar os filhos.

Considerando as concepções de família que persistem e o lugar das mães nestas, é possível afirmar que as idéias acerca da família e de mãe encontram-se bastante difundidas no senso comum, já que fazem parte do cotidiano de cada pessoa. Isto posto, definiu-se como objetivo deste estudo: analisar a expressão da representação social de família, com base em relatos coletados através de entrevista com mães.

De acordo com MOSCOVICI (1988), as representações sociais são teorias do senso comum, através das quais realidades sociais são interpretadas e construídas. São estruturas de conhecimento cognitivas, afetivas e avaliativas, oriundas da relação de reciprocidade entre o indivíduo e a sociedade, que facilitam e orientam o processo da informação social.

ABRIC (1998) propõe que as representações são estruturadas em um núcleo central e em elementos periféricos. Considera que a organização de uma representação social apresenta uma característica, a de ser organizada em torno de um núcleo central, constituindo-se em um ou mais elementos, que dão significado à representação.

O núcleo central ou núcleo estruturante, conforme ABRIC (1998), é determinado pela natureza do objeto representado e pelo tipo de relação que o grupo mantém com este objeto (sistema de valores e normas sociais). Desse modo, o núcleo central é o elemento mais estável da representação, assegura continuidade em contextos móveis e evolutivos, permite o estudo comparativo das representações e fornece significado à representação.

De acordo com ABRIC (1998), os elementos periféricos se organizam em torno do núcleo central. Seus componentes são mais acessíveis, vivos e concretos; dependentes do contexto; concretizam a ancoragem da representação à realidade e permitem a formulação da representação em termos concretos, imediatamente compreensíveis e transmissíveis. Os elementos periféricos são, portanto, mais flexíveis que o núcleo central e permitem a integração de experiências e histórias individuais, admitindo a heterogeneidade do grupo e as contradições.

O núcleo central, conforme ABRIC (1998), garante a homogeneidade da representação e pos-

sibilita a comunicação. Podemos falar em família, por exemplo, porque existe um núcleo central às representações individuais; estas variam quanto aos elementos periféricos. Estes elementos possuem um caráter mutável, flexível e individualizado. Uma variação nestes elementos não altera a representação social em si.

Enquanto formas de compreensão, serão estudadas as representações que as mães têm acerca da instituição família, destacando o núcleo central.

MÉTODOS

Para obter informações por parte das mães acerca da sua representação social de família, a técnica escolhida para coleta de dados foi a entrevista. A entrevista foi compreendida, conforme HAGUETTE (1997), como “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (p. 86).

Utilizou-se, neste trabalho, a entrevista de levantamento, que consiste, simplificada, na coleta de informações, opiniões e atitudes acerca de um objeto, conforme RUMMEL (1974).

Foram entrevistadas, no espaço de três meses, 12 (doze) mães de diferentes classes sociais, arranjos familiares, estados civis e idades. O roteiro das entrevistas foi construído em torno dos seguintes aspectos, considerados relevantes dentro do estudo: a composição da família; suas vantagens e desvantagens; a concepção de família ideal, o que as mães projetam para as famílias de seus filhos; os papéis familiares desempenhados pelo pai e pela mãe e as suas funções (financeira, moral, afetiva).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao perguntar sobre a composição de família, ou seja, quais as pessoas consideradas parte da família, Andréa² (23 anos) incluiu irmãos, tios e primos na composição de sua família; entretanto, quando perguntada sobre o poder de decisão dentro desta, ela respondeu que este poder cabia a ela; neste caso, entretanto, ela estava considerando o núcleo mãe-pai-filho. No caso das mães entrevistadas, com baixa renda e pouca escolarização, a maioria foi clara ao dizer que: “Todas as pessoas que moram na sua casa é sua família. Meu companheiro, meus 10 filhos e 2 enteados” (Alessandra, 38 anos).

2 Todas as entrevistadas são mães e estão identificadas com nomes fictícios, para preservar as suas identidades.

Embora muitas entrevistadas tenham para si que existe um núcleo composto de mãe, pai e filhos, a família é composta pelas pessoas que estão mais próximas. A palavra convivência apareceu mais de uma vez nas entrevistas. Além de colocar a convivência sob o mesmo teto como condição para fazer parte de uma família, Miriam (47 anos) acrescentou: “E todos os amigos que ajudaram nos momentos difíceis são da família”. A idéia de um núcleo contraposta à uma concepção mais ampla de família aparece claramente no discurso de Letícia (44 anos) quando declarou: “... minha família eram pessoas que eu tinha afinidade, proximidade, então eu tinha amigos, amigas, e algumas pessoas da minha família, mas pessoas que eu tinha afinidade. Então a minha família cresceu, se ampliou muito, então hoje em dia, eu sei que meu núcleo familiar sou eu e meus filhos, mas eu tenho uma noção de família bem mais ampla...”. Milene (58 anos) também declarou que a família inclui os amigos.

Taiane (36 anos) apresentou uma visão de mãe como mulher mais independente em nossa sociedade atual, pois responde a esta pergunta excluindo o marido com quem vive, mas incluindo os irmãos que moram no interior. Diante desta discussão, será possível confrontar esta visão mais moderna de família com a concepção de família ideal. Contudo, é possível pensar, a partir das respostas das mães, em duas idéias presentes nas diferentes falas: em uma, a idéia de um núcleo familiar, composto da mãe, do pai e dos filhos; em outra, a concepção de uma família onde o parentesco não é definido pelo sangue, mas sim, pelas relações de afeto, apoio, afinidade e convivência estabelecidas entre as pessoas. É provável ainda que essas duas noções não se contraponham, mas se complementem, integrando um conceito de família menos fechado.

Referindo-se às vantagens de se viver em família, nas resposta das entrevistadas, os temas mais frequentes foram: apoio, afetividade, união, referencial e proteção. O tema apoio aparece nas respostas, de forma geral, como ajuda nos momentos de necessidade, observado no relato de Milene (58 anos), que assegura: “Um ajuda o outro na hora de qualquer precisão... qualquer coisa um socorre o outro...”.

Evidencia-se, também, o tema proteção, estando o mesmo ligado à noção de união e afetividade. Entretanto, o discurso de Alessandra (38 anos) aparece de forma diferenciada das outras entrevistadas. Para ela, as vantagens de se viver em família revelam-se pela segurança de ter uma casa e alimentação.

Já a noção de afetividade permeia todas as respostas; porém, para as mães com um estilo de

vida economicamente mais favorecido, essa noção aparece descrita ligada aos sentimentos, como expresso por Ilma (46 anos), que afirma: “As vantagens são os laços de afetividade e cooperação; o sentimento de proteção, de pertencer, estar rodeado”. As mães mais pobres apresentaram mais dificuldades de expressar a questão da afetividade.

A família aparece também como instituição referencial que prepara a pessoa para viver em sociedade, conforme expresso na declaração de Miriam (47 anos): “A família é o principal da vida. É o começo de tudo. Sem família não se tem nada”.

Nas respostas referentes às desvantagens, os temas de maior relevância relacionaram-se aos conflitos, porém estes são descritos como algo que faz parte do relacionamento familiar, levando até mesmo ao crescimento pessoal. Miriam (45 anos) afirmou: “...os conflitos que ocorrem normalmente de relacionamento são conflitos saudáveis que tem que existir para o ser humano crescer”.

Além desta noção apresentada anteriormente, os conflitos também são relacionados às exigências, responsabilidades e interferências, observado em declarações como a de Letícia (44 anos), que disse: “É que às vezes é um pé no saco, no sentido de que existem responsabilidades e exigências. Essas responsabilidades são muito pesadas pra gente em determinados momentos. Acordar uma da manhã [exemplificando/, essa é uma fase que tem peso”.

Em relação ao poder de decisão, a maioria das entrevistadas, independente de grupo social, afirmou que as decisões na família devem ocorrer bilateralmente; de maneira que o homem e a mulher entrem em acordo nas resoluções familiares. Contudo, foi observado na declaração de mães mais pobres que o marido tem prioridade nas decisões, como Bianca (37 anos), que afirmou: “A primeira decisão tem que partir do marido. Só depois entra em acordo com a mulher; a primeira atitude é do marido”.

No que diz respeito ao provedor da família, a maioria afirmou que a responsabilidade é do casal ou daquele que está trabalhando, como declarou Miriam (47 anos): “Se o marido se desemprega, as mulheres vão procurar uma faxina, uma roupa para lavar”. Mães com baixa renda familiar destacam, ainda, que os filhos também devem ajudar na manutenção da casa. É importante ressaltar que, para a maioria, na atualidade não há como manter a antiga norma em que apenas o homem é o responsável pelo sustento familiar.

Em relação ao papel da mãe, ocorreu uma diferença significativa nas respostas de acordo com o grupo social das entrevistadas. As mães com maior poder aquisitivo destacaram a educa-

ção e o afeto para com os filhos, como sendo a mais significativa de todas as funções maternas; considerando a mãe como a base, o apoio fundamental para toda a família, o que é enfatizado por Milene (58 anos), quando falou: “Eu acho que a mãe é o sustento da família. O papel da mãe é consolidar, acalmar, é ajudar em tudo! Eu acho tão bonito, tão gostoso, apesar das brigas, das diferenças. A mãe sente tudo: a filha distante, a carência da filha”.

As mães com um baixo nível econômico colocaram como funções internas primordiais àquelas relacionadas às tarefas práticas e cotidianas – como, por exemplo, levar os filhos ao médico, dar banho, levar à escola etc. demonstrando, deste modo, a influência dos aspectos vivenciados na formação da representação social acerca do que é ser mãe, como pode ser observado na fala de Dinorá (16 anos): “Dar banho nos filhos, cozinhar, arrumar a casa, lavar roupa e quando o marido chegar não encontrar a casa suja, nem o filho sujo e comida sem fazer, carinho no filho e no marido, dar educação a eles para não roubar e não xingar os mais velhos”.

Nas referências feitas ao pai, este aparece como importante; porém, a sua ausência pode ser, de uma certa forma, suprida.

Independentemente das suas idades, as mães destacaram que a diferença básica entre elas e suas mães como mães é a liberdade que hoje os filhos têm, seja relacionada ao diálogo existente ou ao desrespeito que os jovens têm pelos pais. Sobre esta questão, Miriam (47 anos) declarou: “Os filhos antigamente obedeciam mais aos pais e estes tinham uma educação mais dura. Atualmente, tudo está mais liberal”.

Analisando as respostas dadas às diversas questões nas doze entrevistas realizadas, pode-se destacar características das famílias das entrevistadas e da família idealizada para os seus filhos. A família que as mães gostariam que seus filhos tivessem assemelha-se muito à sua família de origem com as qualidades que identificam na família atual.

A família pressupõe apoio, união, escuta, cooperação, amor, proteção, atenção e respeito. As entrevistadas apontaram ainda como característica de família ideal a presença de diálogo, conversas, participação de todos os membros nas decisões e um maior poder aquisitivo. Natália (40 anos) expressou-se da seguinte forma sobre o que considera uma família exemplar: “Posso dar um exemplo? ... eu tenho uma irmã, a mais velha. Ela tem uma convivência muito boa com o marido e com os filhos e tudo para eles é na base da conversa..., eles conversam em tudo em qualquer situação... Então é um exemplo de família para mim”.

As mães que já não vivem com os pais de seus filhos, pois passaram por um processo de separação, não desejam que os seus filhos tenham a mesma experiência, ou seja, gostariam que eles permanecessem no primeiro casamento, como afirmou Bianca (37 anos): “E que no casamento de meus filhos não aconteça separações, como aconteceram comigo”.

Comparando-se às suas próprias mães, as entrevistadas afirmaram que passam pouco tempo com seus filhos, o que ocorre devido à mudança econômica e cultural, pois a mulher precisa ocupar o seu lugar no mercado de trabalho. Mas isso não as satisfaz plenamente; gostariam que suas filhas dedicassem mais tempo aos futuros filhos, mais que elas próprias dedicam. Juliene (35 anos) afirmou que sua mãe tinha mais tempo e dedicação aos filhos porque não trabalhava fora. Letícia (44 anos) apresentou uma posição semelhante ao afirmar: “... minha mãe era uma pessoa cuja vida era completamente voltada para cuidar dos filhos... então eu tentei não fazer isso... na realidade, embora eu tenha todo esse esforço de não seguir este modelo, agora nesse momento eu me pego muito..., como eu gostaria de ficar com eles mais tempo”.

Esse resgate de uma concepção mais tradicional de família, no qual os pais permanecem casados, sustentando o núcleo pai-mãe-filhos, contrasta com a composição familiar realmente vivida. No lugar de uma família cujos laços são definidos por convivência, amizade e afinidade de modo geral, as mães desejaram para seus filhos uma família nuclear estruturada e estável, enfatizando a importância da compreensão e do afeto familiares.

Um dos objetivos deste estudo era o de investigar, além das representações sociais de família, também a importância da mãe na referida instituição. Foi possível observar uma certa concordância quanto a esta importância; as próprias mães, aos se referirem a si próprias, frisaram sempre a importância da presença da mãe na família e na criação dos filhos, enquanto que o pai aparece como importante sem ser, entretanto, imprescindível.

Outro aspecto destacado foi a possibilidade de trabalhar com entrevistas. As respostas dadas pelas mães pareceram mais significativas, no sentido de que as entrevistas permitiram um maior aprofundamento, ainda que o viés proveniente da relação entrevistador-entrevistado estivesse mais presente.

Finalmente, a imagem da família como um núcleo relativamente estável de apoio, afeto e educação se apresenta como provável núcleo central desta representação social, visto que todas as

mães mencionaram, uma vez ou outra, alguns desses aspectos. Os elementos periféricos ficam por conta das peculiaridades de cada mãe, e das diferenças entre as respostas que, pode-se inferir,

variam de acordo com a idade, escolaridade, nível sócio-econômico e outras características que contribuem para a construção da identidade de cada mãe.

Abstract: This piece of research aimed at studying the social representation of the family among mothers, as, culturally, the mothers have been considered the center of the family context. After presenting a brief historical review of the family conceptions along the centuries and a contextualization of its images and functions, the study was theoretically guided by the social representations theory. Twelve mothers of different ages, instruction levels, marital statuses and economic levels were interviewed. The critical points of the interview referred to the mother's role in the family: the children's upbringing and other matters related to family life. The analysis of the collected data revealed the importance of the mother's presence in the family, as well as two basic notions of its composition: a nucleus (father-mother-children) and a wider conception, in which conviviality and affinity define the family liaisons. The division of roles and functions between father and mother differed significantly depending on the economic class to which the interviewees belonged. Finally, the conception of ideal family revealed the mothers' desire to have a stable family, according to a traditional model, in which the marriage and the maintenance of the family nucleus are essential for the existence of a healthy family.

Key-words: social representation of the family; social representations; family.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRIC, J.C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. R.; OLIVEIRA, D.C. de (Org.). *Estudos interdisciplinares de representações sociais*. Goiania: AB Editora, 1998. p. 27-38.
- ARIËS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zanoar, 1978.
- BADINTER, E. *Um amor construído: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- BASTOS, A. C. de S. Editorial. *Interfaces: Revista de Psicologia*, 2(1):7-8, 1999.
- CHAVES, A.M.; BOTELHO, A. C.; ANDARI, E.; SANTOS, M.; MARANHÃO, W. Representação social de família entre jovens estudantes de escolas públicas particulares. *Estudos de Psicologia*, 10(2): 9-20, 1993.
- HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LEONTIEV, A. N. *Actividad, consciencia y personalidad*. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre, 1978.
- MELLO, S. L. A família: perspectiva teórica e observação Actual. In: CARVALHO, M.C.B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MINUCHIN, S. *Famílias: funcionamentos e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- MOSCOVICI, S. Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18:211-250, 1988.
- REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 99-124.
- RUMMEL, F. J. *Introdução aos procedimentos de pesquisa em educação*. Porto Alegre: Globo, 1974.

Recebido em 07/10/2001
Aprovado em 17/11/2001